

Pesquisa histórica em análise do comportamento¹

Maria Amalia Andery²

Nílza Micheletto

Tereza Maria Sérgio

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo

A discussão do desenvolvimento histórico e conceitual da Análise do Comportamento vem se constituindo em importante tema. São vários os analistas do comportamento que tratam do desenvolvimento histórico e conceitual dessa abordagem. Autores como Day (1980), Smith (1986), Coleman (1981, 1984, 1985, 1987), entre outros, discutiram esses temas dos mais variados ângulos e perspectivas, destacando questões metodológicas, filosóficas e conceituais. As pesquisas históricas têm sido realizadas recuperando-se a obra de pensadores, analisando-se os veículos de divulgação da Análise do Comportamento, o desenvolvimento da pesquisa básica e da pesquisa aplicada. Destaca-se, neste artigo, que quando o analista do comportamento toma como o seu objeto de estudo o próprio desenvolvimento de sua disciplina, ele deve recorrer, como no caso de outros objetos, ao seu conhecimento das leis do comportamento e da necessidade de analisar o impacto, no sujeito individual, das contingências e metacontingências que operam para produzir o fenômeno que estuda.

Palavras-chave: análise do comportamento, pesquisa histórica, conhecer, conhecimento científico.

Historical research in behavior analysis

Abstract

The historical and conceptual development of Behavior Analysis became turned into an important issue. Various behavior analysts have been dealing with it. Authors such as Day (1980), Smith (1986), Coleman (1981, 1984, 1985, 1987), among many others, have been discussing it under various perspectives, emphasizing its methodological, philosophical and conceptual aspects. Historical researches have been focused on the work of scholars, through analysis of journals on Behavior Analysis, highlighting the development of basic and applied research. This paper has argued that whenever taking his/her discipline development, as his/her focus of interest, the behavior analyst must take into account, as he ought to do with others, his/her knowledge of the behavior laws and of the need to analyze the impact on the individual, of contingencies and meta-contingencies, which give rise to the phenomenon under study.

Key words: behavior analysis, historical research, to know, scientific knowledge.

A importância do estudo da história da produção do conhecimento científico não deveria ser novidade para analistas do comportamento. Um dos marcos históricos da própria Análise do Comportamento ilustra essa afirmação. O texto que apresenta

o trabalho de Skinner, reconhecido como o iniciador do que veio a se desenvolver como Análise do Comportamento, é articulado em torno de uma análise histórica. Nesse artigo, intitulado "O conceito de reflexo na descrição do comportamento", de 1931,

1. Trabalho apresentado no Simpósio Pesquisa histórico-conceitual e análise do comportamento: Necessidade e perspectivas na XXIX Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia, Campinas, outubro de 1999.

2. Endereço para correspondência: Rua Antônio Alves de Lima Neto, 13 - CEP 04031-060 São Paulo - SP. Fone (11) 5670 63 82 e-mail: mandery@uol.com.br

Apoio financeiro CNPq

Skinner analisa um longo período da história do conceito de reflexo, começando com Descartes (séc. XVII) até chegar a Pavlov (séc. XIX). Essa análise fundamenta sua definição de reflexo e é com base nessa definição que Skinner propõe um programa de pesquisas.

É a análise histórica que leva Skinner à definição de reflexo como uma correlação de estímulo e resposta, o que, por sua vez, marcará o seu trabalho, orientando seu programa experimental e sua posição no que diz respeito à especificidade da ciência do comportamento em relação à Fisiologia. É interessante notar que essa análise histórica foi mal recebida por Boring – reconhecido historiador da Psicologia – e quase custa a Skinner seu título de doutor (Coleman, 1985).

Mas a importância da análise histórica não é revelada apenas por exemplos ilustrativos. As pesquisas sobre a história da Análise do Comportamento são vistas como parte importante do crescimento da disciplina e como evidências de sua maturidade (Morris, Tood, Midgley, Schneider, Johnson, 1995).

O que talvez possa ser novidade para um analista do comportamento é a quantidade e diversidade de trabalhos históricos já realizados na área. A literatura compreende as listas bibliográficas de trabalhos publicados em Análise do Comportamento (Carrara, 1992; Epstein, 1977, 1995); os índices de textos historicamente importantes (Epstein e Olson, 1983, 1984, 1985; Knapp, 1974, 1975); as análises das características de publicações da área (Laties e Mace, 1993), biografias (Bjork, 1993; Skinner, 1970, 1976, 1979, 1983; Keller, 1982); as avaliações do desenvolvimento e das características de pesquisa aplicada (Hayes, Rincover, Solnick, 1980); avaliações do desenvolvimento de áreas de pesquisa específicas (Michael, 1980); as análises do desenvolvimento do trabalho aplicado (Kazdin, 1978), do desenvolvimento conceitual da abordagem (Coleman, 1981; Sérgio, 1990; Tourinho 1993; de Souza, 1997) do desenvolvimento epistemológico (Day, 1980; Coleman 1984; Smith, 1986; Micheletto, 1995; Matos, 1997, Lopes, 1997;

Moreira Carvalho, 1997) e de propostas ou implicações para o analista do comportamento (Coleman, 1985; Andery, 1990); as análises das relações entre os contextos cultural e científico, ou entre o contexto cultural e a difusão do conhecimento produzido pela Análise do Comportamento (Bjork, 1996) e, finalmente, as análises dos antecedentes e das influências filosóficas, científicas e sociais (Day, 1980; Coleman, 1987).

A questão central deste trabalho não é, no entanto, se o fazer história da Análise do Comportamento é novidade ou se tem sido feita por seus cientistas, mas que condições deveríamos criar para que tal prática história se tornasse parte constitutiva da área.

Um bom começo talvez possa ser o reconhecimento de que a análise da história é imprescindível no trabalho do analista do comportamento. Morris e cols. (1995) ilustram isso quando afirmam que “assim como o comportamento de um organismo é função de sua história, também o é a atividade de uma disciplina científica...” (p.198).

A primeira parte da analogia – o comportamento de um organismo é função de sua história – é um princípio condutor do trabalho do analista do comportamento. A caracterização da história dos sujeitos é parte integrante do trabalho experimental no laboratório. O mesmo acontece na clínica, na escola, na empresa. O conhecimento da história à qual se submeteu o indivíduo com o qual o analista está trabalhando é importante porque, entre outras coisas, tal história altera o valor das variáveis presentes ou, dito de outra maneira, altera a sensibilidade do sujeito às variáveis às quais está exposto no momento e, eventualmente, será exposto no futuro.

Para que esse princípio se estenda de forma a tornar a analogia significativa deveríamos simplesmente continuar lendo Morris e cols. (1995), que logo a seguir esclarecem que a história da atividade de uma disciplina é “a história do comportamento de seus cientistas”. (p. 198)

Para tornar, então, a analogia significativa, para produzir a primeira condição para que o fazer história da Análise do Comportamento seja constitutivo da

disciplina, parece que o que devemos fazer é transformar o substantivo *conhecimento* em verbo: *conhecer*.

Reconhecer que o conhecimento é produto de uma ação e que nosso objeto de estudo é uma ação – o conhecer – implica reconhecer que comportamento – ação – necessariamente envolve um indivíduo se comportando; portanto, envolve compreender as variáveis que controlam seu comportamento.

Essa transformação aparentemente simples de um substantivo – *conhecimento* – em um verbo – *conhecer* – mostra-se reveladora.

Em primeiro lugar, como analistas do comportamento, devemos reconhecer que a história da Análise do Comportamento é parte da história da qual nosso comportamento de conhecer é função. Desse ponto de vista, ao conhecer a história da Análise do Comportamento, estaremos conhecendo parte das variáveis que determinaram e determinam nosso próprio comportamento.

Em segundo lugar, conhecer a história da Análise do Comportamento é conhecer a história do comportamento de conhecer de vários analistas do comportamento. Desse ponto de vista, o comportamento desses cientistas é o nosso objeto de estudo e estudá-lo significa identificar as variáveis das quais foi função.

Em terceiro lugar, reconhecendo que o comportamento desses cientistas foi/é produto de uma determinada comunidade verbal, a identificação e caracterização das práticas dessa comunidade passam a fazer parte do nosso estudo da história; conhecer a história da Análise do Comportamento é, também, conhecer a história das práticas da comunidade de analistas do comportamento, de psicólogos e, talvez, de cientistas em geral. Skinner (1957) distingue claramente o comportamento de conhecer do cientista das práticas da comunidade verbal que mantém e modelam esse comportamento:

“Na história da lógica e da ciência podemos traçar o desenvolvimento de uma comunidade verbal especialmente preocupada com o comportamento verbal que contribui para a ação bem sucedida. O comportamento mantido por esta comu-

nidade difere dos mecanismos empregados para mantê-lo, assim como o discurso efetivo, por exemplo, difere das regras para o discurso efetivo”. (Skinner, 1957, p. 418)

Se a argumentação até aqui desenvolvida tem algum sentido, fazer história da Análise do Comportamento envolve fazer a história dos comportamentos dos cientistas e a história das práticas das comunidades envolvidas com a produção de conhecimento. Isto exigiria como um passo preliminar esclarecer o que se entende pelo comportamento que denominamos de *conhecer*. Começaremos este esclarecimento com Skinner, para quem conhecimento envolve toda forma de ação no mundo.

“As relações funcionais entre o comportamento e o ambiente usualmente são complexas e muito freqüentemente confusas, mas não temos dúvida sobre suas dimensões ou as técnicas com as quais podem ser estudadas. Podemos desconsiderar a separação problemática do pensamento humano no padrão familiar de (1) um homem que possui (2) conhecimento de (3) um mundo. Os homens são parte do mundo e interagem com outras partes dele, incluindo outros homens. À medida que seu comportamento muda podem interagir mais eficientemente ganhando controle e poder. Seu “conhecimento” é seu comportamento com respeito a si mesmos e ao resto do mundo e pode ser estudado como tal”. (Skinner, 1957, p. 451)

Essa mesma posição é apresentada por Skinner em *Ciência e Comportamento Humano* (1953) quando, distinguindo o sentir do perceber ou conhecer, afirma:

“Nossa ‘percepção’ do mundo, nosso ‘conhecimento’ dele é nosso comportamento com respeito ao mundo. Ele não deve ser confundido com o mundo em si mesmo ou com outros comportamentos com respeito ao mundo, ou com o comportamento de outros com respeito ao mundo”. (p. 140)

Entretanto, quando falamos do conhecimento científico estamos falando de um tipo especial de comportamento ou de conhecimento: aquele que “é particularmente identificado com comportamento verbal que surge com reforçamento social”. (Skinner, 1953, p. 261)

Esses dois significados do conhecer estão sintetizados em *Sobre o Behaviorismo*, onde Skinner afirma: “Não agimos colocando conhecimento em uso, nosso conhecimento é ação ou, pelo menos, regras para ação. Como tal ele é poder (...)” (1974, p. 139).

Podemos falar, assim, em conhecimento como o comportamento verbal que descreve as contingências e que está sob o controle das condições antecedentes. Um comportamento que só tem sentido quando passa a controlar, agora, como condição antecedente, outros comportamentos, constituindo-se em regra.

“A questão central do conhecimento científico não é o que é conhecido pelos cientistas mas o que o conhecer significa. Os fatos e leis da ciência são descrições do mundo – isto é, das contingências de reforçamento prevalentes. Eles tomam possível para uma pessoa agir de forma mais bem sucedida do que seria possível aprender no curto período de uma vida, ou mesmo por meio de exposição direta a muitos tipos de contingências. A objetividade que distingue o comportamento governado por regras do comportamento gerado por exposição às contingências é promovida por testes de validade, provas, práticas que minimizam influências pessoais e outros aspectos do método científico. Entretanto, o corpo da ciência – as tabelas de constantes, os gráficos, as equações, as leis – não tem nenhum poder em si mesmo. Ele existe apenas por causa de seus efeitos sobre as pessoas. Somente uma pessoa viva *conhece* ciência no sentido de agir sob seu controle com respeito à natureza”. (Skinner, 1974, p. 144)

O comportamento de conhecer é o comportamento de descrever contingências e o produto desse comportamento – o conhecimento científico produzido – pode ser, então, identificado como uma regra construída pelo cientista. É importante lembrar que a descrição da contingência só se transforma em regra se e quando operar como condição antecedente para a ação de outra pessoa ou do próprio cientista, ou seja, o conhecimento só existe de maneira significativa enquanto puder operar como condição antecedente para ação. Essa relação comportamento de conhecer – produto do comportamento (descrição de contingências – regra) revela a relação da história com o nosso comportamento de analistas do comportamento. Ela nos torna parte da história e torna a história parte da nossa ação. É este aspecto que é enfatizado pelo próprio Skinner quando ressalta que “As regras que formam o corpo da ciência são públicas. Elas sobrevivem ao cientista que as construiu, assim como àqueles que são controlados por elas.” (Skinner, 1969, p.157).

Como analistas do comportamento sabemos que só entenderemos do comportamento de conhecer se formos capazes de identificar as contingências que descrevem esse comportamento, que neste caso implicam necessariamente a descrição de contingências que envolveram conseqüências sociais.

“Uma filosofia, um clima moral, uma consciência de classe e um espírito da época são outras posses intelectuais que caem dentro do campo do conhecimento e explicam alguns dos amplos padrões de comportamento característicos de uma pessoa, uma classe, um período ou uma cultura. Diz-se que uma pessoa age ou fala da maneira como ela o faz porque ela é um pragmatista, um membro do proletariado, um praticante da ética do trabalho, ou um behaviorista. Termos deste tipo classificam o comportamento que tem conseqüências identificadas sob dadas circunstâncias. Conflitos tais como aqueles entre empirismo e racionalismo são conflitos entre

contingências e se a história das idéias parece mostrar o *desenvolvimento* do comportamento humano não é porque o romantismo leva ao classicismo, e vice versa, mas porque as práticas características de um ismo finalmente produzem condições sob as quais um padrão diferente de comportamento é gerado e mantido por um certo tempo”.

Esta maneira de abordar as contingências envolvidas na produção de conhecimento conduz à descrição, identificação e caracterização de metacontingências (Glenn, 1988). Para entendermos, então, o comportamento de conhecer, em toda a sua extensão e complexidade, precisamos descrever as contingências que afetaram os cientistas enquanto indivíduos que produziram conhecimento e descrever as metacontingências, isto é, as práticas da comunidade que estabelecem os limites dentro dos quais as contingências operam.

Estudar a história da Análise do Comportamento, deste ponto de vista, significa descrever contingências e metacontingências.

Essa conclusão, que se tomada como óbvia se encerraria aqui, contém, no entanto, uma outra: conhecer a Análise do Comportamento é conhecer a história da Análise do Comportamento.

O conhecimento entendido como regra é produto do comportamento de descrever contingências. Para entender esse produto, é preciso entender do comportamento que o produziu. Entender do comportamento é identificar as contingências que descrevem o comportamento e as metacontingências que condicionam essas contingências. Em outras palavras, conhecemos a Análise do Comportamento conhecendo sua história.

Essa conclusão, por sua vez, acarreta duas implicações.

A primeira: ao identificar todas as variáveis envolvidas nas contingências que descrevem o comportamento de descrever contingências, somos, quase que inevitavelmente, levados a concluir que a resposta de descrever não estava sob controle único do objeto descrito. Dificilmente a contingência descrita seria chamada de um tato puro. Em outras

palavras, a regra que aparece como algo pronto, frio, objetivo, pode agora ser vista como trazendo consigo a história de um sujeito. Reconhecemos, na regra científica, a subjetividade, o sujeito escondido por traz da objetividade aparente da regra. Assumida essa implicação, impossível aceitar o mito da neutralidade científica.

A segunda: como produtores de conhecimento, enunciadores das regras que controlarão o comportamento de outros, nós analistas do comportamento, somos obrigados a reconhecer o caráter subjetivo e objetivo das regras que formulamos, do conhecimento que produzimos. Assumida essa implicação, impossível imaginar-se como um produtor de conhecimento isolado, autônomo e/ou isentar-se de avaliar as práticas de produção de conhecimento, no nosso caso, da comunidade científica de analistas do comportamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andery, M. A. (1990). *Uma tentativa de (re)construção do mundo: A ciência do comportamento como ferramenta de intervenção*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Bjork, D. W. (1993). *B. F. Skinner: A life*. New York: Basic Books.
- Bjork, D. W. (1996). B. F. Skinner and the American tradition: The scientist as social inventor. Em L. D. Smith e W. R. Woodward (eds.), *B. F. Skinner and behaviorism in American culture* (pp. 35-55). London: Associated University Presses.
- Carrara, K. (1992). Acesso a Skinner pela sua própria obra: Publicações de 1930 a 1990. *Didática*, 28, 195-212.
- Coleman, S. R. (1981). Historical context and systematic functions of the concept of the operant. *Behaviorism*, 9, 207-226.
- Coleman, S. R. (1984). Background and changes. Em B. F. Skinner's metatheory from 1930 to 1938. *The Journal of Mind and Behavior*, 5, 471-500.
- Coleman, S. R. (1985). When historians disagree: B. F. Skinner and E. G. Boring, 1930. *The Psychological Record*, 35, 301-314.
- Coleman, S. R. (1987). Quantitative order in B. F. Skinner's early research program, 1928-1931. *The Behavior Analyst*, 10, 47-65.
- Day, W. (1980). The historical antecedents of contemporary behaviorism. Em R. W. Rieber e K. Salinger (eds),

- Psychology: Theoretical-historical perspectives* (pp. 203-262). New York: Academic Press.
- Epstein, R. (1977). A history of published works of B. F. Skinner, with notes and comments. *Behaviorism*, 5, 99-110.
- Epstein, R. (1995). Un updated bibliography of B. F. Skinner's works. Some historiography of behavior analysis of historiography. Em J. T. Tood e E. K. Morris (eds.), *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism* (pp. 217-226). London: Greenwood.
- Epstein, R. e Olson, J. K. (1983). An index to B. F. Skinner's particulars of my life. *The Behavior Analyst*, 6, 167-180.
- Epstein, R. e Olson, J. K. (1984). An index to B. F. Skinner's the shaping of a behaviorist. *The Behavior Analyst*, 7, 47-63.
- Epstein, R. e Olson, J. K. (1985). An index to B. F. Skinner's a matter of consequences. *The Behavior Analyst*, 8, 209-233.
- Glem, S. (1988). Contingencies and metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. *The Behavior Analyst*, 11, 161-179.
- Hayes, S. C.; Rincover, A. e Solnick, J. V. (1980). The technical drift of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 13, 275-285.
- Kazdin, A. E. (1978). *History of behavior modification - Experimental foundations of contemporary research*. Baltimore: University Park.
- Keller, F. S. (1982). *Pedagogy's progress*. Lawrence: TRI.
- Knapp, T. J. (1974). An index to B. F. Skinner's Beyond freedom and dignity. *Behaviorism*, 2, 180-188.
- Knapp, T. J. (1975). An index to B. F. Skinner's Walden two. *Behaviorism*, 3, 223-228.
- Laties, V. G. e Mace, F. C. (1993). Taking stock: The first 25 years of the Journal of Applied Behavior Analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 26, 513-525.
- Lopes Junior, J. (1997). Sobre a incidência do operacionalismo na psicologia. Em R. A. Banaco (org.), *Sobre comportamento e cognição* (pp. 167-173). Santo André: ARBytes.
- Matos, M. A. (1997). O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em R. A. Banaco (org.), *Sobre comportamento e cognição* (pp. 54-67). Santo André: ARBytes.
- Michael, J. L. (1980). Flight from behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 3, 1-21.
- Micheletto, N. (1995). *Uma questão de conseqüências: A elaboração da proposta metodológica de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Moreira Carvalho, A. (1997). *Causalidade e variabilidade em Skinner: A história inicial de um fazer*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Morris, E. K.; Tood, J. T.; Midgley, B. D.; Schneider, S. M. e Johnson, L. M. (1995). Some historiography of behavior analysis of historiography. Em J. T. Tood e E. K. Morris (eds.), *Modern perspectives on B. F. Skinner and contemporary behaviorism* (pp. 195-215). London: Greenwood.
- Sérgio, T. M. A. (1990). Um caso na história do método científico: Do reflexo ao operante. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Skinner, B. F. (1931). The concept of the reflex in the description of behavior. *Journal of General Psychology*, 5, 427-458.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1970). Skinner ... An autobiography. Em P. B. Dews (ed.), *Festschrift for B. F. Skinner* (pp. 1-21). New York: Appleton-Century Crofts.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1976). *Particulars of my life*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1979). *The shaping of a behaviorist: Part two of an autobiography*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1983). *A matter of consequences*. New York: Alfred A. Knopf.
- Smith, L. S. (1986). *Behaviorism and logical positivism - A reassessment of the alliance*. Stanford: Stanford University Press.
- de Souza, D. G. (1997). A história do conceito de contingências. Em R. A. Banaco (org.), *Sobre comportamento e cognição* (pp. 88-105). Santo André: ARBytes.
- Tourinho, E. Z. (1993). *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: Uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Recebido em: 30/10/99

Aceito em: 15/03/01